

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Já por várias vezes – infelizmente – o Grupo Parlamentar do PSD tem apresentado perguntas parlamentares ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, evidenciando graves problemas de funcionamento e atrasos nos serviços consulares, alertando para as consequências negativas para as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. São exemplo disso as perguntas parlamentares n.º 2689/XIV/2.ª (de 6/08/2021), n.º 2472/XIV/2.º (de 8/07/2021), 610/XIV/2.ª (de 25/11/2020), 422/XIV/2.ª (de 4/11/2020), n.º 115/XIV/1.ª (de 13/11/2019), só para referir as mais recentes.

Em resposta a essas perguntas, o governo referiu que iria resolver a situação com reforço de recursos humanos, de meios informáticos e manutenção do horário de funcionamento alargado nos postos consulares. No próprio Programa de Governo, encontra-se prevista a revisão e reforço da rede e aplicando o novo modelo de gestão consular, simplificando os procedimentos e consolidando os mecanismos de apoio a situações de emergência.

Como se pode verificar, a situação não é nova e nada se tem visto para que se altere.

Não há memória de uma situação de desastre e desespero como vivem atualmente as comunidades portuguesas quando necessitam de recorrer aos serviços prestados pela rede consular.

Episódios como longas filas de espera de várias horas, acumulação de agendamentos e com meses de antecedência, falta de pessoal e cansaço dos funcionários consulares, são situações como estas que mancham a imagem de Portugal e dos seus serviços públicos e que em nada dignifica a imagem do país, e que, acima de tudo, não é possível prestar um serviço digno às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Uma realidade generalizada nos postos consulares de baixas médicas, aposentações e baixos valores remuneratórios determina a saída em pouco tempo de trabalhadores consulares e resulta em atrasos superiores a meio ano, em que muitas vezes é mais célere tratar de documentação em território nacional. É uma situação própria de Terceiro Mundo.

Tudo isto já foi alertado pelo Grupo Parlamentar do PSD, seja através de perguntas parlamentares, seja em audições ao anterior titular e atual Ministro dos Negócios Estrangeiros. Agora, recebemos de vários postos consulares portugueses – Joanesburgo, Washington D.C., Boston, Nova Iorque, Newark, Haia, Sevilha – um abaixo-assinado que vem reforçar o que o

Grupo Parlamentar do PSD tem vindo a alertar, denunciar e a exigir do Governo.

Assim, face a esta situação caótica, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do nº 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os deputados signatários perguntar ao governo, nomeadamente ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros o seguinte:

1. Em que data(s) se realizará(ão) as negociações entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e os sindicatos e representantes dos trabalhadores consulares e das residências oficiais para efeitos de revisão das respetivas tabelas salariais, no seguimento das promessas feitas pelo anterior titular e atual Ministro dos Negócios Estrangeiros?
2. Em que data prevê o Ministério dos Negócios Estrangeiros abrir o próximo concurso de recrutamento para os postos consulares, no seguimento das promessas feitas pelo anterior titular e atual Ministro?
3. Em que data será publicado o novo mecanismo de correção cambial, tendo sido já objeto de negociação e consolidação pelo anterior titular da pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros?
4. Em que data será publicada a regulamentação dos salários dos trabalhadores dos Centros Culturais do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., tendo sido já objeto de negociação e consolidação pelo anterior titular da pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros?
5. Quantos trabalhadores da rede dos Serviços Periféricos Externos não estão inscritos na Segurança Social portuguesa ou noutra serviço de previdência social?
6. Como e quando prevê o Ministério dos Negócios Estrangeiros resolver essas situações de falta de proteção social de trabalhadores da rede dos Serviços Periféricos Externos?
7. Se o Ministério dos Negócios Estrangeiros não indicar uma data para quaisquer das questões acima, qual a razão por que não é possível?

Palácio de São Bento, 20 de julho de 2022

Deputado(a)s

PAULA CARDOSO(PSD)
CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)
EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)
SÓNIA RAMOS(PSD)
TIAGO MOREIRA DE SÁ(PSD)
PEDRO ROQUE(PSD)
ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)
AFONSO OLIVEIRA(PSD)
ALEXANDRE POÇO(PSD)
ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)
ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

Deputado(a)s

CARLA MADUREIRA(PSD)
CARLOS CAÇÃO(PSD)
CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)
CLÁUDIA BENTO(PSD)
FERNANDA VELEZ(PSD)
FIRMINO MARQUES(PSD)
FIRMINO PEREIRA(PSD)
FRANCISCO PIMENTEL(PSD)
INÊS BARROSO(PSD)
ISABEL MEIRELES(PSD)
JOÃO BARBOSA DE MELO(PSD)
JOÃO MARQUES(PSD)
JOÃO MONTENEGRO(PSD)
JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)
LINA LOPES(PSD)
MÁRCIA PASSOS(PSD)
MARIA EMILIA APOLINÁRIO(PSD)
MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)
NUNO CARVALHO(PSD)
OLGA SILVESTRE(PSD)
PAULO MONIZ(PSD)
PAULO RAMALHO(PSD)
PATRÍCIA DANTAS(PSD)
RICARDO SOUSA(PSD)
RUI CRISTINA(PSD)
RUI VILAR(PSD)
SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)
SÉRGIO MARQUES(PSD)